



Anais da Assembleia

N.º 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 68.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Caíto Quintana.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Mancel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (53). Achan-do-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Leônidas Chaves, Roberto Raquião e Werner Wanderer (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

31 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Há quorum para deliberação.

Em votação a Ata. – Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Projeto de Lei n. 113/83), constante da Ordem do Dia da sessão plenária de hoje.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HENRIQUE SCHROEDER, ocorrido no dia 21 de agosto de 1985, na cidade de Maringá.

Requerem, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se para: João Batista Sanches, MD. Vereador do PMDB da Câmara Municipal de Maringá, 87.100 - Maringá - PR, genro do falecido.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI

TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja o Substitutivo anexo, enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que o relator do Projeto de Lei n. 128/85, Deputado Odeni Mongruel, aprecie a matéria ora encaminhada, em substituição à protocolada sob n. 6151, de 02 de julho de 1985.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

PROJETO DE LEI N. 128/85

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Litoral, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

§ 1.º – A Universidade Estadual do Litoral terá sua sede na cidade de Paranaguá e manterá cursos nessa cidade e demais municípios do Litoral e do Vale da Ribeira.

§ 2.º – O estabelecimento de ensino, de que trata este artigo, será organizado em fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta lei.

§ 3.º – A denominação oficial da entidade será a de Fundação Universidade Estadual do Litoral.

§ 4.º – Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma, de sua entidade mantenedora e se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º – A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade e

gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.^o - O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção de cada entidade.

Art. 4.^o - O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta lei.

Art. 5.^o - Todo o Pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua função, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo único. Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.^o - A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e formas exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.^o - O Patrimônio inicial da entidade, a fora os que o Estado houver por bem designar, se constituirá:

a. dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b. dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c. dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e à instituição mantenedora.

Art. 8.^o - A receita da entidade se constituirá:

a. dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do Estado.

b. auxílio e doações do município ou quaisquer outras pessoas;

c. das rendas patrimoniais;

d. dos rendimentos de serviços prestados;

e. da contribuição escolar.

Art. 9.^o - Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo único. Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10 - Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, composta de dois (02) membros representantes da Congregação do estabelecimento de ensino interessado, à qual competirá:

I - elaborar, no prazo de trinta (30) dias, o anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação de Conselho Estadual de Educação.

II - eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor.

III - praticar os atos necessários ao desempenho os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.^o - O anteprojeto de estatutos será publicado no Diário Oficial do Estado e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua aprovação em definitivo pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.^o - A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de quinze (15) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 - Nomeado e empossado o Reitor, dará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da lei.

Parágrafo único. Empossado o Reitor extinguir-se-a, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art. 12 - Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 - O ato legal de criação e instituição da entidade conterá, entre outros peculiares à organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I - a denominação oficial da entidade;

II - a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III - a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV - a designação do patrimônio a personalizar;

V - a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo quarto do artigo primeiro desta lei;

VI - a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.

Art. 14 - Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 - Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo Pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 - No órgão colegiado deliberativo da Universidade do Litoral haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação.

Art. 17 - As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo quarto do artigo primeiro desta lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 18 - Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade observar-se-á:

I - nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II - Não se interromperá a atividade letiva dos estabelecimentos de ensino.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Estado da Educação no corrente exercício um crédito especial, destinado a cobrir as despesas com a execução da presente lei.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência a designação de uma Comissão de Deputados para representar o Poder Legislativo no ato de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Dom ARMANDO CÍRIO, no dia 1º de setembro do corrente ano, na cidade de Cascavel, e que as Lideranças de Bancadas façam as indicações de seus liderados.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após a anuência do soberano Plenário desta Assembléia Legislativa, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", que promoverá, no próximo mês de setembro, um amplo debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte e a Reforma Tributária.

A iniciativa, pioneira na imprensa nacional, é muito oportuna, pois é sabido que a maioria dos municípios brasileiros está à beira da falência, em consequência da insuficiência de recursos, pois a maior fatia do "bolo" arrecadado através de tributos, acaba ficando com o Governo Federal.

No instante em que a "Folha de Londrina" traz a debate temas tão palpitantes, esse importante instrumento de divulgação encampa uma aspiração das mais diversas camadas da sociedade brasileira, que apoiam a imediata Reforma Tributária, único meio de salvar milhares de municípios da insolvência.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista Valmir Milanez, diretor da "Folha de Londrina, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao Colégio Estadual "Prof. João Ricardo Von Borell Du Vernay", sediado no Município de Ponta Grossa, pela passagem do seu sétimo aniversário, dando-se ciência da aprovação do presente à Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária da Educação, e à Direção do Colégio, sito à Rua Andrade Neves, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Prof. João Ricardo Von Borell Du Vernay", comemora neste mês de agosto, os sete anos de sua instalação a serviço da comunidade pontagrossense.

Hoje, motivo de orgulho pelo muito que contribui, moldando e ajudando a formar gerações, sempre com dedicação, trabalho e abnegação, próprio dos que devotam a vida à arte de educar.

É com imensa alegria que partilhamos com a comunidade de Ponta Grossa, que reconhece o esforço empreendido pelos Corpos Docente, Discente, funcionários e Associação de Pais e Mestres, que colaboram pelo prestígio daquele educandário, seja pelo seu crescente número de alunos, seja pela qualidade de seu ensino, contribuindo assim pelo engrandecimento da sociedade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda., que completa o vigésimo quinto ano de instalação no Município que lhe emprestou o nome.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento à mesma, que nestes vinte e cinco anos de ininterrupto funcionamento, contribuiu com uma grande parcela no desenvolvimento do município e da região.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações aos componentes da Comissão Provisória do PCB - Partido Comunista Brasileiro, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) MARCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16 ocorreu o lançamento oficial da Comissão Provisória do PCB do Município de Londrina, num ato oficial realizado no auditório da Associação Comercial daquela cidade.

Centenas de populares prestigiaram o ato, além dos Prefeitos de Londrina, Arapongas, dos Deputados Federais José Tavares (PMDB/PR) e Jacques Dornelles (PDT/RJ), de Vereadores e lideranças sindicais.

Na oportunidade foram apresentados à comunidade e empossados como componentes da referida Comissão, os seguintes cidadãos: Genecy Souza Guimarães, Ana Pereira Cezar, Antonio Lima Sobrinho, Amadeu Felipe da Luiz Ferreira, Carlos Yoshio Okawati, Mário Sérgio Frago de Almeida, Maria Auxiliadora Z. Barnabé, David Gongora Jr, Antoniel Souza e Lima, Osvaldo Alves Filho, Veríssimo Manoel de Aquino.

Registro o pronunciamento realizado na ocasião, pela Sra. Ana Pereira Cezar: "Agora, sem coação e dentro da legalidade, posso publicamente manifestar minha satisfação em pertencer a este partido na vanguarda da classe operária e de todo esse povo londrinense.

O PCB em 1947, dentro do pequeno período de legalidade, atuou fortemente e com brilho, na cidade de Londrina. Dentro desse período de desempenho e de muitas lutas, elegeram-se para vereadores os saudosos companheiros de lutas e ideais: Manoel Jacinto Correia e Newton Câmara, que se hoje estivessem conosco seriam sem dúvida figuras destacantes dentro das atuações do Partido. Infelizmente, o período da legalidade foi muito curto e logo foram cassados os direitos do Partido Comunista Brasileiro.

Mesmo durante esses longos trinta e sete anos de ilegalidade, o PCB jamais deixou de participar das lutas democráticas em defesa do nosso povo, lutando por melhores condições de vida para o nosso trabalhador, pela anistia, contra o desemprego, pela legalidade, pelas eleições diretas e outras lutas mais, publicamente sabidas por todos.

Ainda dentro desse período de ilegalidade, quando dezenas de prisões se faziam, prisões de companheiros, a solidariedade entre as esposas dos presos políticos era um exemplo de força e coragem para suportarem o fardo de serem privadas da convivência com os seus maridos.

Hoje, cheia de esperança, espero que em Londrina o PCB possa desenvolver com dignidade suas funções de um partido forte e soberano.

Anseio chegar ao Socialismo, onde haja assistência médica gratuita, onde haja emprego para todos, onde haja alimento para os que tiveram fome e onde as classes e raças sejam iguais”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a douta Comissão Executiva desta Casa a convidar os alunos da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, para estagiarem nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Estágios Supervisionados, levados a efeito por esta Casa, tem alcançado o mais amplo sucesso.

Recentemente, sentimos a empolgação vivida por alunos da Universidade Católica do Paraná, ao participarem de sessões legislativas simuladas, a exemplo do que já havia ocorrido anteriormente em outros estágios.

No momento em que prestamos nossas homenagens à douta Comissão Executiva, bem como aos dedicados funcionários do setor especializado, aproveitamos o ensejo para solicitar a abertura dessa feliz iniciativa também para os alunos de estabelecimentos de ensino do interior do Estado.

Recebemos, nesta data, uma comissão de alunos de diversos cursos da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, que vieram dizer do seu interesse em conhecer, através do estágio, o Poder Legislativo.

Isso demonstra que no Paraná, a Assembléia Legislativa está aberta para todos, e que o Poder Legislativo não é um clube fechado.

Acreditamos na aprovação do presente requerimento, por unanimidade, pois, seu conteúdo expressa o interesse e o reconhecimento da juventude estudantil paranaense, pelo trabalho parlamentar do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada moção de protesto, conforme texto anexo, ao Presidente da República, José Sarney, ao Ministro dos Transportes, Affonso Camargo Netto e ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pela suspensão das obras da ponte interestadual Guaíra - Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se no texto da própria moção, em anexo.

Recentemente o Paraná como um todo se levantou contra a perspectiva de paralisação das obras da Ponte Interestadual que ligaria Guaíra ao Mato Grosso do Sul. Isto porque esta ligação seria de fundamental importância para a economia paranaense, pois propiciaria a integração sócio-econômica de uma vasta região que compreende o Mato Grosso do Sul, o Oeste paranaense e o Paraguai, facilitando, inclusive, o escoamento da produção agrícola destas regiões, principalmente o soja destinado a exportação pelo Porto de Paranaguá.

Além disso, a construção da Ponte repararia, ao menos em parte, os problemas causados ao Oeste paranaense, e em particular ao Município de Guaíra, pela Itaipu Binacional, que provocou a inundação de terras fertilíssimas e a eliminação de uma das mais belas obras que a natureza nos legou, e que havia se convertido num dos nossos maiores pontos turísticos: as Sete Quedas.

Na época, todas as respostas das autoridades governamentais, responsáveis ou diretamente ligados à obra, nos deixaram tranquilos com relação à sua continuidade.

Agora, inesperadamente, somos surpreendidos pela notícia de que realmente as obras serão paralisadas, justamente quando se encontra em fase adiantada de construção, com vinte e oito dos sessenta e dois pilares concretados, o que torna ainda mais incompreensível esta decisão.

Acreditamos que este ato representa uma violenta discriminação para com o nosso Estado, pois enquanto os trabalhos da ponte são paralisados, o Governo dá continuidade a obras que não contribuem decisivamente para o progresso do País. Continuam obras contestadas e repudiadas publicamente, como as Usinas Nucleares, que são lesivas aos interesses nacionais, obsoletas, desnecessárias, e até mesmo inseguras.

Apoiamos a política governamental de contenção dos gastos públicos. Mas, este corte ser dirigido ao que é desnecessário e que não contribui para o desenvolvimento. O corte de despesas deveria ser voltado para a eliminação de práticas, como por exemplo, o uso de dinheiro público para sanear grupos financeiros em estado de falência. Caso contrário, ao se cancelar obras necessárias, estaremos comprometendo uma das metas fundamentais da Nova República: o crescimento de nossa economia.

Por estes motivos só temos a lamentar contra a decisão de se interromper a construção da Ponte de Guaíra. Protestamos contra mais essa discriminação ao Paraná. E exigimos que este ato seja repensado, reavaliado, e que se dê continuidade às obras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Dr. Enoch Vieira dos Santos, Presidente do Instituto Filadélfia de Londrina, alertando para os prejuízos a que a comunidade está sujeita diante da crise existente no Curso de Enfermagem do CESULON.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Na condição de ex-professor do Curso de Enfermagem do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, registro nesta Casa a preocupação que expressivos segmentos da comunidade londrinense vêm demonstrando em relação à crise

existente no referido curso, agravada pela decisão coletiva da quase totalidade dos professores, na sua maioria meus antigos companheiros de trabalho, de reconhecida competência profissional.

Para maior esclarecimento, solicito a transcrição da nota de esclarecimento publicada na "Folha de Londrina", edição do último dia 18 (anexo).

A formação de várias turmas de enfermeiras pela referida instituição é a prova maior de que é imprescindível a manutenção do curso, bem como da sua atual linha pedagógica e curricular, uma vez que está inteiramente de acordo com as novas políticas de saúde, voltadas às reais necessidades da saúde da população.

Temos certeza de que o bom senso e a clareza da direção do Instituto Filadélfia serão suficientes para juntamente com professores e alunos, encontrar uma solução negociada para a crise instalada, retornando à normalidade as atividades do curso de enfermagem do CESULON.

(Obs: Não foi possível transcrever a matéria solicitada, por encontrar-se ilegível).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas cópias do pronunciamento incluso, que fará hoje de sua tribuna, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministros do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, do Interior, do Planejamento, da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Presidente do INCRA e Presidente da FETAEP, e da FAEP, dando conta do apoio desta Casa à proposta de inserção no projeto de "reforma agrária" de criação de cooperativas integradas (trabalho, produção e consumo), nos moldes da que está sendo implantada no Município de Bandeirantes-PR, que aliás, contou com o apoio deste Poder, visando proporcionar EFETIVAS E NECESSÁRIAS melhoras na vida do trabalhador rural volante, o conhecido e humilde "bóia-fria".

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Este, o prólogo.

Passemos agora ao assunto que me traz a esta tribuna, que é a Reforma Agrária, tema bastante controverso e objeto de debate a nível nacional.

O nosso pronunciamento não se ocupará em analisar, criticar ou apoiar as idéias e propostas apresentadas nos mais diversos Simpósios e Seminários realizados sobre a Reforma Agrária.

Temos em mãos um trabalho que comenta o assunto e sobre ele faz sugestões, elaborado pela Colonizadora Bandeirantes Ltda. - COBAN, e assinado por seus diretores, tradicionais empresários paranaenses e ativos participantes no processo de produção e de desenvolvimento do Estado.

Na correspondência que capeia dito trabalho, seus ilustres subscritores me pedem que o encaminhe a esta Casa, para esta, se o julgar válido, empreste-lhe seu prestigioso apoio junto aos círculos do Governo com poder decisório sobre o assunto.

Das duas alternativas ali apontadas, uma pareceu-me de grande interesse para nosso Estado: A QUE SUGERE A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO, PRODUÇÃO E CONSUMO, NAS REGIÕES DE GRANDE CONCENTRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS, nos moldes da que se encontra em fase de implantação no Município de

Bandeirantes, à qual já nos referimos a inspiração da sugestão feita.

Ditas cooperativas teriam: máquina para benefício de arroz e moinho de fubá; confecção de roupas e fábrica de móveis, adestrando jovens de ambos os sexos para o desempenho das respectivas tarefas, com resultados do maior interesse para sua comunidade; secção de fornecimento de alimentos e bens de consumo em geral; creches, apiários, granja para galinhas poedeiras, frangos de corte e cria e engorda de porcos e diversas outras opções, às quais somar-se-ia a doação de uma área rural para a produção de alimentos básicos suficientes ao consumo de seus associados, ao estrito preço de produção.

Referida área rural - que tanto poderia ser situada na região base da cooperativa como em regiões onde existe disponibilidade de terras públicas com boas características de produtividade - seria doada à cooperativa com a finalidade única e exclusiva de produzir alimentos para os trabalhadores rurais residentes em sua base territorial e a ela associados. Em hipótese alguma ela seria fracionada e anexada a propriedades particulares.

Sabemos que não há terra suficiente para distribuição a todo trabalhador que não possui;

"Sair do plano do discurso para o da ação". Esta recomendação - ou antes disso, esta palavra de ordem - está clara na missiva que o saudoso Presidente TANCREDO NEVES remeteu ao seu vice-Presidente José Sarney, elogiando-o e reconhecendo seu valor e méritos no desempenho provisório de suas funções, que jamais viria a assumir. A aproximação do fim inexorável ainda não turvara a limpidez de sua cintilante inteligência, e tampouco desordenara o rico e invejável acervo de conhecimentos acumulados ao longo daquela laboriosa e exemplar existência.

Com efeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, urge adotemos tal comportamento. A Nação toda - exceção a pouquíssimos privilegiados - clama por isso.

Setenta por cento dos brasileiros são martirizados e humilhados pelo horror da fome do estômago e da falta de moradia, do agasalho, da instrução e do trabalho honrado e justamente remunerado.

Por isso, causa-nos alegria e nos impulsiona à luta, quando vemos alguém ou alguma instituição dando exemplo reclamado, como é o caso do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, que, já em 1978, encetava luta com vistas a criação de uma cooperativa integrada (trabalho, produção e consumo), como instrumento CAPAZ de proporcionar EFETIVAS melhoras ao humilde trabalhador rural assalariado, o "bóia-fria", elemento fundamental no processo de produção nacional.

Resistências surgiram à idéia, a 20 de maio de 1980, foi quando o nobre e atuante Deputado Fuad Nacli, com inúmeros e relevantes serviços prestados àquela região Norte pioneira, em bem elaborada exposição de 7 (sete) laudas, pedia o apoio desta Casa para a autorização pelos órgãos competentes da cooperativa idealizada, recebendo-o por unanimidade.

Graças a todos esses esforços, aos quais soma-se a cobertura dos familiares do Comendador Luiz Meneghel, Cidadão Honorário do Paraná, de saudosa memória, e ainda a um convênio: Ministério do Trabalho/Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná/Asilo São Vicente de Paula, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Região de Bandeirantes, com jurisdição sobre outros sete municípios vizinhos, está em fase de implantação, pioneiramente no País.

Sabemos que não há terra suficiente para distribuição a todo trabalhador que não a possui; sabemos também que nem todo trabalhador rural sem terra está disposto a migrar para novas frentes agrícolas, existindo aquela – em número de milhões – que pelas mais diferentes razões, continuará no seu mister de hoje, a despeito de todas as dificuldades em que vive.

Foi pensando neste e para este trabalhador (o que não migrará) que se fez a sugestão das cooperativas integradas. Ele é o trabalhador que garante e viabiliza todas as culturas dependentes dessa mão-de-obra, sendo mais que justo contemplá-lo num programa de reforma agrária que visa BENEFICIÁRIO COM SEGURANÇA aqueles que trabalham a terra fazendo-a produtiva.

No nosso entender, trata-se de uma proposta racional, exequível, inteligente e honesta, que, inclusive garante fornecimento de alimentos a nível barato às gerações futuras, pela perenização da área que o produz, merecendo, portanto, o unânime apoio desta Casa.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da COPASA – Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos objetivando avaliar as verdadeiras possibilidades em instalar-se uma unidade de armazenagem na Municipalidade de Peabiru.

O Município de Peabiru e região, no que concerne ao setor agrícola, tem vivenciado alguns transtornos com relação a guarda de seus produtos extraídos do seu solo fértil. Tal realidade deve-se a ausência de locais que sejam suficientes para atender a demanda, o que tem ocasionado uma série de dificuldades, afetando, principalmente, os pequenos proprietários rurais.

Neste sentido, faz-se necessário corrigir tamanha distorção. Desde modo, conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Peabiru, Nelson Proença, a solução possível é a instalação de uma unidade de armazenagem naquele município.

Face a exposição de motivos aguarda-se da Companhia e da Secretaria da Agricultura o encaminhamento de medidas que permitam, num menor espaço de tempo possível, atender a presente e justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da destinação de cem carteiras escolares para a Guarda-Mirim, localizada na Municipalidade de Goicerrê.

A presente solicitação baseia-se na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Armelindo Favoreto. Na condição de integrante da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, manifes-

tou a real necessidade que tem a Guarda-Mirim em possuir pela menos cem carteiras escolares, cuja utilização, basicamente, auxiliará no melhor desenvolvimento por parte daquela referida Entidade com relação aos vários estudos ministrados.

Ademais, vale salientar que a colaboração dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação é fator indispensável, visto que a Guarda-Mirim de Goicerrê não tem disponível, recursos orçamentários que permitam concretizar a presente proposta.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Presidente da Comissão Estadual do Livro, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a doação de livros para a formação de uma biblioteca no Colégio Estadual João XXIII – ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Janiópolis.

De iniciativa do Ilustríssimo Senhor Divanir Romualdo Simões, que é Diretor daquele tradicional estabelecimento de ensino de Janiópolis, a presente solicitação visa dar condições ao conjunto do estudantado no sentido de despertar neles a importância da leitura como reflexão e, sobretudo, como aculturação, só possível através de uma biblioteca.

Ademais, dado ao alto grau de importância em se ter uma biblioteca no Colégio Estadual João XXIII este mesmo assunto mereceu atenção especial dos Vereadores, conforme requerimento de autoria do Excelentíssimo Senhor Luiz Francisco Simões, onde, em mais aquela oportunidade, foi lembrada a importância de uma biblioteca, como instrumento indispensável para o bom nível de aprendizado em termos educacionais.

Face à exposição de motivos, aguarda-se dessa Comissão e da Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas que resultem na concretização da presente proposta, ante a sua inquestionável penetração social para os alunos daquele Educandário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando auxílio em material (emulsão asfáltica), destinado a executar serviços de pavimentação em aproximadamente 700 metros, na via de acesso ligando a Rodovia PR-552 à Vila Guadiana.

Este é em atenção ao requerido pelo Edil Marcos Antônio Rocco, que sente a necessidade de facilitar o tráfego entre a PR a essa importante Vila de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a construção de novas salas de aula na Escola

Municipal "João Paulo I", localizada na Cidade de Campina da Lagoa.

A Escola Municipal "João Paulo I" situa-se no Conjunto Habitacional do mesmo nome, agregando um número significativo de estudantes, dos quais a maioria absoluta reside no mesmo Conjunto.

Tendo em vista a edificação de mais setenta novas residências, o referido Núcleo de casas conta, atualmente, com um total de duzentas e sessenta e sete habitações. Isto, naturalmente e em face das novas famílias, está a exigir que toda uma infraestrutura seja colocada à disposição, a fim de garantir o bem-estar social.

Neste sentido, com relação a área de ensino, faz-se necessário, o mais breve possível, ampliar as instalações da Escola Municipal "João Paulo I" para permitir a existência de mais vagas. Deste modo, reconhecendo tal problemática, a Prefeitura Municipal daquela cidade, conforme relata o Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Chefe do Executivo local, entende que a construção de novas salas de aula é a solução cabível.

Entretanto, a concretização de tal iniciativa está na dependência de que haja a liberação de recurso financeiro capaz de permitir o início da obra sendo importante lembrar que, além de atender a todos os moradores do Conjunto, irá aquela Escola atender, também, outras futuras famílias, uma vez que estão previstas mais trinta e duas casas.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que se autorize a cessão de um conjunto de enfardamento de feno para a Municipalidade de Campo Mourão.

O referido conjunto de enfardamento se destinará a atender as reais necessidades do setor agropastoril, através da APRE-CAMPO - Associação dos Pecuaristas da Região de Campo Mourão.

Por outro lado, vale salientar que a presente solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão, José Pochapski que tem reiterado por inúmeras vezes a importância em ter-se um equipamento daquela natureza, principalmente pelo fato de que será instrumentalizado para atender as necessidades alimentícias dos animais quando se realizarem as várias feiras no Parque de Exposições de Campo Mourão.

Torna-se perfeitamente dispensável realizar qualquer comentário que enalteça o papel de destaque em termos sócio-econômicos que representa Campo Mourão, assim como toda a sua região, dentro do contexto nacional e, sobretudo, paranaense.

Deste modo, espera-se dessa Companhia e dessa Secretaria de Estado da Agricultura o atendimento a esta reivindicação, que beneficiará, sem dúvida alguma, todo o setor agrícola e pecuário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Grupo Folclórico Italiano "DANTE ALIGHIERI", pela belíssima apresentação, no dia 17 do corrente, por ocasião do 24.º Festival Folclórico Internacional do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

É um conjunto de amadores que, desde o ano de 1963, vem se aperfeiçoando cada vez mais para apresentar de maneira fidedigna a transmitir e divulgar os usos, costumes e tradições de milenar cultura italiana, devido às danças típicas das regiões da Itália.

A "Tarantella", conhecida desde o século XVIII, é que representa expressão mais pura dos napolitanos. Esta dança que é representada por bailarinos pares, marcam o ritmo com os pandeiros num compasso musical binário composto (6/8) vivo. Outras danças alegres, vivas e contagiantes de todas as regiões da Itália, executadas com trajes típicos das respectivas regiões.

O elenco do Grupo Folclórico Italiano, conta com duzentos componentes entre os grupos infantis, infanto-juvenil e adultos, além dos dois corais que cantam as canções dos italianos que imigraram a mais de cem anos.

Este grupo que está incorporado ao Centro Cultural ítalo-brasileiro "Dante Alighieri", de Curitiba, é o único no gênero, no Brasil, e se exhibe tendo a certeza de trazer algo para os brasileiros e, para os italianos reviverem. Já mostrou seu vastíssimo repertório em praticamente todos os Estados brasileiros, levando suas danças, músicas, ritmo e alegria também do Sul de Minas Gerais, participando, outrossim, das solenidades da substituição do Pavilhão Nacional da Praça dos Três Poderes, em Brasília.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, no sentido de encetar estudos que visem a isenção do ICM, aos taxistas, na compra de carro a álcool.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no intuito de que seja analisada a real possibilidade em se liberar recursos orçamentários que serão aplicados na construção de uma ponte sobre o Rio Riozinho, na Municipalidade de Boa Esperança, divisa com a Municipalidade de Campo Mourão.

Trata-se de uma antiga aspiração do povo de Boa Esperança, notadamente por parte dos proprietários rurais. A reivindicação, agora, parte da Administração Municipal daquela cidade. Segundo o Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol, Prefeito, a construção da referida ponte se faz necessária, uma vez que

permitirá, de forma definitiva e segura, o escoamento de toda a produção agrícola em quaisquer condições climáticas, inclusive.

A participação efetiva dessa Secretaria de Estado dos Transportes não é apenas importante, mas, sobretudo, indispensável, pois, o Poder Público Municipal de Boa Esperança não dispõe, em suas finanças de recursos orçamentários próprios que garantam a execução da pretendida obra.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor da "Carta de Curitiba", que versa sobre a Assembléia Nacional Constituinte, em anexo.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI e

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 167/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 171, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, é acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

Art. 171 -

§ 1.º -

§ 2.º -

"§ 3.º - O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá àquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto que submetemos à alta apreciação desta augusta Assembléia visa corrigir a mecânica do pagamento dos acréscimos por tempo de serviço aos servidores do Estado.

Ocorre que com o acúmulo de serviço as concessões daqueles benefícios são realizadas com atraso, às vezes superior a um ano em consequência, com os valores corroidos pela inflação.

Tratando-se de concessão cuja tramitação é impelida "ex-officio", nada mais justo que a implantação se faça ao valor do dia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 163/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - Albergue Arthur Corrêa de Freitas, com sede e foro à Rua José Gomes, 782, Paranaguá-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

O idoso tem sido injusta e secularmente marginalizado e vem se constituindo paralelamente, em vítima de uma cruel estrutura bem como em fonte de preocupações para os órgãos administrativos competentes, os quais, movidos pela sensibilidade aos descabros sociais, vêm tentando solucionar este grave problema nacional sem encontrar mecanismos de infra-estrutura que lhes possam servir de apoio. Em consequência, é enorme o contingente de idosos abandonados pela própria família e pela sociedade que os consideram um peso morto inaproveitável ao trabalho, incapazes de serem absorvidos pelas forças produtivas.

Não obstante, ainda existem autarquias que ao idoso se dedicam e se empenham em inseri-lo no contexto social e produtivo, que o enxergam como pessoa humana rica em vivência e experiência, com direitos assegurados legitimamente, enquanto cidadãos de uma Nação jovem que vive seus primeiros momentos de democracia plena, que precisa de todos os segmentos sociais para se impor como República e aspira reconquistar a sua soberania. A Sociedade de Assistência aos Necessitados de Paranaguá (Abrigo dos Velhos) é uma sociedade filantrópica, fundada a 14 de março de 1940, que acredita na potencialidade do idoso e deseja vê-lo inserido na sociedade como partícipe do destino da Nação. Ela tem como escopo prestar-lhe assistência habitacional, jurídica, hospitalar, nutricional e amparo psicológico, incentivando o desenvolvimento de suas habilidades manuais e intelectuais com o auxílio de entidades e órgãos especializados, sem discriminação racial, política ou ideológica. Seu caráter é filantrópico e seus estatutos incluem o apoio às instituições congêneres e a criação do Albergue Noturno, que com recursos econômicos da sociedade ou convênio com a municipalidade, virá atender aos reclamos da comunidade.

Acreditamos que por sua comprovada atuação na área de assistência ao idoso e pelos ideais de ainda mais ampliá-la, o atendimento à nossa proposição de que a Sociedade de Assistência aos Necessitados de Paranaguá se torne em utilidade pública, virá beneficiar a comunidade paranguara em especial e à causa do idoso especificamente, atendendo-o e colocando seu potencial humano a serviço da Nação.

PROJETO DE LEI N. 164/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Os alunos matriculados em escolas especiais para atendimento excepcional em qualquer grau e caracterizados como tal, receberão o auxílio de uma bolsa de estudos anual, equivalente ao denominado "compra de vaga", por intermédio da Secretaria da Educação.

Art. 2.º - O valor da "compra vaga" será equivalente ao "salário-educação" do ano em curso.

Art. 3.º - Os recursos para o atendimento a esta lei serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Art. 4.º - As solicitações de bolsas de estudo que trata o presente projeto de lei, deverão ser requeridas diretamente à Secretaria da Educação, até o primeiro dia útil do início do ano escolar, pelos próprios interessados.

Art. 5.º - As solicitações que trata o artigo 4.º, deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- I - atestado médico passado por órgão oficial - Federal ou Estadual - que ateste o grau de excepcionalidade.
- II - declaração de vaga do educandário, o qual deverá estar legalmente registrado nos órgãos competentes que o credencie como escola especializada para excepcionais.
- III - documentos pessoais do excepcional.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Em todo o universo, a situação do excepcional tem despertado o maior interesse, a ponto de ter recebido o destaque mundial através do "Ano Internacional do Excepcional", em 1981.

Tal atenção, todavia, deve se traduzir em atos concretos que permitam ao excepcional realizar-se como ser humano e integrar-se totalmente na sociedade como elemento produtivo e capaz de competir no mercado de trabalho.

Com este propósito, dentre uma quantidade significativa de bolsas de estudos e compras de vagas que são distribuídas pelo Estado do Paraná aos alunos menos abastados, encaminhamos o presente projeto de lei, para que todo aluno excepcional, matriculado em escolas especiais particulares regularmente habilitadas, seja contemplado com uma compra de vaga do Estado, conferindo-se-lhe o direito de ser "primus inter pares".

Desta forma, tenta-se amenizar, pelo menos, a lamentável situação a que está reduzindo o deficiente físico ou mental, caracterizado como excepcional.

PROJETO DE LEI N. 165/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Todos os cargos de Diretoria do IPE - Instituto de Previdência do Estado do Paraná, deverão ser ocupados por funcionários públicos do Estado, ativos ou inativos.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O Quadro de Funcionários Públicos do Estado do Paraná é composto de pessoas que possuem todas as condições indispensáveis para gerir e administrar as diversas entidades, órgãos, criados com objetivo associativo, prestações de serviço aos mesmos, além da parte previdenciária, no seu todo.

Nossa proposição de que os Diretores sejam funcionários públicos ativos ou inativos, está diretamente ligado ao princípio de que o próprio Quadro associativo do IPE seja o administrador, no mais amplo sentido de tão importante e indispensável instituto, evitando-se assim, que pessoas estranhas ao serviço público estadual, interfiram nos magnos interesses da Entidade.

Não podemos deixar de analisar o ângulo de que o IPE só tem razão de existência na formação de seus sócios que no caso

específico são contribuintes obrigatórios por lei. Temos observado em gestões passadas que vários desmandos foram cometidos contra o Instituto de Previdência do Estado, na razão direta de seus diretores que eram escolhidos ao bel-prazer de quem mandava, sem que o interesse da maioria fosse levado em consideração. Os benefícios de um Instituto Previdenciário devem ser dirigidos para seus associados e, portanto, dirigidos pelos mesmos.

PROJETO DE LEI N. 166/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de licitação, de valor igual ou superior a mil vezes ao maior Valor de Referência, relativo à execução de obras de prestação de serviços, fornecimento de materiais ou de mão-de-obra, alienação de bens, concessão de serviços públicos, ou qualquer outro tipo, da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, ficam obrigados a remeter à Assembléia Legislativa, cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação desde a publicação do edital até a ata ou termo de minuta de contrato a ser assinado.

§ 1.º - Ficam, também, obrigados a remeter, ao final do pagamento da licitação, a comprovação do custo final da contratação.

§ 2.º - A remessa das cópias integrais e autênticas das peças apontadas no art. 1.º, § 1.º, deverá ser feita no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de realização de cada ato.

Art. 2.º - Os documentos enviados à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 1.º e seu § 1.º, serão encaminhados à Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento, para formação de processo relativo a cada uma das licitações que ficarão à disposição de qualquer Deputado Estadual que deseje consultar.

Art. 3.º - A Assembléia Legislativa, deverá adequar as Comissões de Finanças e Orçamento, tanto em material, quanto em pessoal para o cumprimento desta lei, utilizando-se verbas orçamentárias próprias.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo tem como escopo principal, além de legislar, o de fiscalizar os atos exercidos pelo Poder Executivo, sejam daqueles de origem da Administração Direta, Indireta, Autárquica, ou daqueles que por sua vinculação se encontrem ligados às Secretarias de Estado.

Há necessidade de se dar mais eficácia ao exercício de fiscalização próprio do Legislativo. Nesse sentido, ao tornar obrigatório a remessa dos documentos referentes às atividades comerciais ou não do Estado, mas que envolvam modificação estrutural, estamos praticando a mais lúdima Justiça, pois, estaremos colocando à disposição de toda sociedade como se está utilizando os recursos angariados pela comunidade.

Por outro lado, este projeto de lei tornar-se-á mais um instrumento a serviço da idoneidade das decisões tomadas pelo Poder Executivo nas licitações públicas, já que, qualquer dúvida

ou suspeição poderão ser facilmente dirimidas pela facilidade de acesso à documentação que o público terá, através de seu representante na Assembleia Legislativa.

A determinação de um valor mínimo para as licitações sujeitas à jurisdição do presente projeto de lei, ao nível de 1.000 (mil) vezes o Maior Valor Referência, visa assegurar que as concorrências para a compra de bens e prestações de serviço e para a realização de obras sejam cobertas por esse dispositivo legal, conforme dispõe a legislação federal consubstanciada no Decreto n. 88.931, de 31 de outubro de 1983.

Quanto à obrigatoriedade de remessa de informações relativas ao custo final da obra ou serviço, ou fornecimento de material, ou de mão-de-obra, diz respeito a permitir ao Poder Legislativo poder avaliar mais adequadamente os gastos efetivamente realizados em termos de propriedades econômicas e sociais, disponibilidades de recursos existentes, estimativas previstas nos contratos e outros critérios de avaliação considerados relevantes.

PROJETO DE LEI N. 168/85

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Familiares e Amigos de Internos e Egressos do Sistema Penitenciário" - AFAIESP - com sede e foro no Município de Curitiba.

Art 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

As finalidades da Associação que pretendemos declarar de utilidade pública, como bem demonstra a documentação anexa, é a de congregar familiares e amigos de internos e egressos do nosso sistema penitenciário, para que, juntos reivindiquem melhorias aos internos, pregando-se por seus direitos e interesses.

A meta principal da AFAIESP é manter serviços assistenciais, culturais, educação, saúde e fazer em benefício de todos os internos e egressos.

A documentação anexa, atende a todos os itens da Lei n. 6994/78, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Em matéria de posicionamento de um partido político no Governo, muitas vezes cometemos injustiças com determinados segmentos administrativos deixando de ressaltar seus serviços, pois sempre estamos voltados a problemas de nível macro, no afã de justificarmos a confiança popular delegada.

E o nosso assunto de hoje é para realizarmos, aos nossos Pares, uma demonstração dos trabalhos do DETO - Departamento Estadual de Transporte Oficial, órgão vinculado à Secretaria da Administração, do Governo José Richa.

Não iremos aqui, neste momento, promover um estudo comparativo do antes e do depois. Não, nossa intenção é demonstrar o nível de eficiência que pode alcançar o funcionalis-

mo público paranaense, desde que lhe sejam dadas as oportunidades necessárias para bem desempenhar as suas funções, e, em assim acontecendo, não iremos encontrar óbices insolúveis.

Na realidade, o DETO, desde a sua criação, não vinha objetivando suas atividades para as reais necessidades do sistema de transporte que servia todos os níveis de Governo, abstando-se, até então, em ser um órgão garagem e oficina, onde os carros eram consertados, guardados, comprados e depois, com o tempo, vendidos.

Hoje, na realidade encontramos um órgão dinâmico, atuante em toda a sua plenitude, não só no prisma da execução dos programas já montados, mas, também, voltado para o futuro, estudos alternativos, visando o crescimento da demanda, para que no futuro, os seus serviços não se vejam barrados pela falta de adequação técnica.

Vários pontos foram atingidos provocando uma sensível melhoria no atendimento aos serviços públicos.

Criou-se uma Central de Transporte Oficial, na esteira da própria iniciativa privada quando montou os seus tele-táxis. Atualmente, os órgãos vinculados à administração direta, localizados no Centro Cívico, chamam o DETO da mesma forma que um usuário solicita um táxi para seu transporte. Com tal aplicação que racionaliza a operação e, pelo controle eficiente, restringe o uso indevido, produziram-se grandes economias.

A frota anteriormente vinculada separadamente aos mesmos órgãos, rodava em média 150 mil km/mês. Hoje, centralizada no DETO, ela é 30 por cento menor e roda somente 95 mil km/mês, prestando atendimento de alto padrão, com serviços de plantão ininterrupto (24 horas/dia), inclusive sábados, domingos e feriados.

Outro ponto que foi criado, foi o Serviço de Malote, onde a entrega de correspondências de segmento, a segmento anteriormente, era efetuada por cada unidade, de forma independente, ocasionando um enorme custo operacional.

Com o atual sistema verificamos uma grande economia de combustível e de veículos, de vez que para tal serviço só são aplicados três veículos que percorrem duas vezes por dia roteiros preestabelecidos em horários rígidos, com a conseqüente melhoria de atendimento, pois todos os órgãos de Governo ficaram interligados entre si, bem como com os demais órgãos federais e municipais afins.

O Serviço de Malote, que completou, em 21 de maio próximo passado o seu primeiro ano de operação, transportou até aquela data mais de 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) documentos protocolados, sem caso de extravio algum ou sequer atraso.

Com a concentração de atividades de transporte adjudicou também as aeronaves do Estado, antes distribuídas entre diversos organismos. Agora, no DETO, passaram a operar sob forma de uma Central de Transporte Aéreo. A adequação deste setor foi promovida com a aquisição de 3 novos aviões, que substituíram quatro aeronaves antigas que foram alienadas, resultando uma grande economia em manutenção e consumo de combustíveis, além de uma maior segurança de voo. A administração racional e eficiente fez-se notar, inclusive, nos custos de operação da única aeronave antiga que permaneceu, o "King Air", cujo custo-hora anterior era de 81 ORTN's e que agora reduziu-se para 25 ORTN's. A remodelação de todas as instalações e equipamentos que compõem a infra-estrutura terrestre tornaram-na uma das melhores do País, segundo os pareceres do DAC - Departamento de Aeronáutica Civil.

No tocante a recuperação de veículos, remodelou e equipou as suas oficinas de manutenção, aliada a uma seção de re-

cuperação de peças, somente compatível às grandes concessionárias de veículos, ocasionando uma economia brutal quanto à aquisição de novas viaturas, bem como uma grande redução nos custos operacionais, provocando um alongamento de vida não só dos veículos, bem como de seus componentes.

Na verdade, foi com o espírito empresarial aliado à participação das próprias idéias de seu quadro funcional, que a Secretaria de Administração conseguiu desenvolver tais programas.

Sempre fomos da opinião de que as experiências da iniciativa privada fossem devidamente adequadas às realidades do Estado, pois enquanto aquela opera visando o lucro, esta tem por obrigação alcançar a melhoria de seus serviços, quando muito, nos custos, o que na verdade foi alcançado pelo DETO.

Parabéns ao seu DIRETOR, Senhor CARLOS SÉRGIO ASINELLI, pelos bons serviços prestados ao Estado do Paraná bem como a todos os seus auxiliares, desde os pilotos das aeronaves, até ao funileiro que retira os vestígios das amassadas.

Que o Senhor Secretário de Administração do Estado, continue a prestigiar aquele Órgão como tem feito até hoje, pois assim estará dando continuidade aos compromissos por nós assumidos, em palanque, de bem administrar a coisa pública.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa anuncia que se encontra, presente na Casa o Sr. Doradi Machado, cidadão londrinense, militar reformado do Exército brasileiro e fundador do PMDB, em Londrina.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, orador inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, nesta Tarde, para solicitar dos ilustres integrantes deste Poder, a apreciação e aprovação de dois requerimentos de nossa autoria.

O primeiro deles dirigido ao Excelentíssimo Senhor Enoch Vieira dos Santos, Presidente do Instituto Filadélfia de Londrina, alertando para os prejuízos que a Comunidade Londrina e norte paranaense, principalmente, está sujeita diante da crise existente no Curso de enfermagem do Centro de Estudos Superiores de Londrina.

Na condição de ex-Professor do referido curso, registro, nesta Casa, a preocupação de expressivos segmentos da comunidade londrinense, no que diz respeito à crise existente no referido curso, crise esta agravada por decisão tomada na última sexta-feira da demissão coletiva da quase totalidade dos professores de enfermagem do Instituto Filadélfia. Na sua maioria, antigos companheiros meus de trabalho, de reconhecida competência profissional, e que, por existir uma situação de conflito naquela instituição, chegaram ao extremo dessa atitude.

Anexo ao requerimento a nota de esclarecimento publicada no jornal "Folha de Londrina", do último domingo, em que se historia as razões da demissão espontânea e coletiva dos 11 professores daquela instituição.

Tenho certeza de que a formação de várias turmas de enfermagem, além linha pedagógica e curricular seguida por aquela instituição, que vem tendo uma sintonia muito grande com a atual política de saúde em desenvolvimento no País e no Estado, mais voltada aos interesses de saúde da população, justifica, por todas as maneiras, a preocupação que hoje existe, como dissemos, em vários segmentos da comunidade, não só professores, familiares, alunos e familiares.

Temos certeza de que o bom senso e a clarividência da direção do Instituto Filadélfia, serão suficientes para, juntamente com professores e alunos, encontrar uma solução para a crise instalada, retornando à normalidade, as atividades do curso de enfermagem do CESULON do Instituto Filadélfia de Londrina.

O segundo requerimento para o qual solicitamos também a atenção e aprovação dos ilustres integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná, diz respeito ao voto de congratulações aos componentes da Comissão Provisória do Partido Comunista Brasileiro do Município de Londrina.

No último dia 16, sexta-feira, ocorreu o lançamento oficial da comissão provisória do PCB, no Município de Londrina, num ato oficial realizado no auditório da Associação Comercial daquela cidade. Centenas de populares prestigiaram o ato, além do Prefeito de Londrina, de Arapongas, dos Deputados Federais José Tavares e Jacques Dornelles, do PDT do Rio de Janeiro, de Vereadores, Lideranças sindicais, do companheiro desta Casa, Deputado Homero Oguido e da nossa própria pessoa.

Na oportunidade, foram apresentados à Comunidade, e empossados como componentes da referida comissão, os seguintes cidadãos: Genecy de Souza Guimarães, Ana Pereira Cesar, Antonio Lima Sobrinho, Amadeu Felipe da Luz Pereira, Carlos Ioshio Okawaki, Márcio-Sérgio Frago de Almeida, Maria Auxiliadora Barnabé, Davi Gonzaga Jr. Antoniel Souza de Lima, Oswaldo Alves Filho, e o Professor Veríssimo Manoel de Aquino.

Deixo de ler o pronunciamento realizado na ocasião, pela Senhora Ana Pereira Cesar, historiando o passado e o presente do Partido Comunista Brasileiro no Município de Londrina, o qual anexo a este requerimento.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - No Pequeno Expediente, concedo a palavra, ainda, ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna neste dia, para uma vez mais chamarmos a atenção na grande conquista que esta Casa de Leis obteve através da aprovação do Projeto de Lei do Deputado Rubens Bueno, que foi transformado na Lei n. 7.730.

No dia de ontem, evidentemente para o autor do referido projeto, fica difícil falar da importância desta Lei, mas para nós integrantes desta Casa e para nós paranaenses, é a alegria de vermos uma vez mais o Paraná vanguardeiro nas transformações que esta Nação espera.

O Decreto Presidencial, tendo vindo posteriormente a Lei Estadual, instituindo o livro didático com caráter de maior permanência, ainda assim é inferior a própria Lei que esta Casa aprovou.

Pontos fundamentais têm que ser resgatados para percebermos a importância daquilo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por iniciativa do Deputado Rubens Bueno aprovou. Temos na nossa Lei n. 7.730, de que livro didático tem a caráter de maior permanência para primeiro e segundo grau, ao passo que o Decreto Presidencial adota única e exclusivamente para o primeiro grau. Temos também, de que o livro didático do Paraná tem uma vida útil de quatro anos, enquanto o Decreto Presidencial prevê três anos. E temos uma coisa fundamental inaugurada no Estado do Paraná, através do Governo democrático que aqui implantamos, que é uma maior democracia na própria utilização do livro.

Prevê a Lei n. 7.730, que nos quatro anos de duração do livro didático ele só possa ser substituído a pedido do professor, após passar pelo parecer do Conselho Estadual de

Educação, e posteriormente ser deferido pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que como Parlamentares deste Estado, e principalmente na condição de paranaenses, necessitamos ufanarmos com esta conquista, uma vez mais, deste Estado no pioneirismo, naquilo que diz interesse ao povo brasileiro.

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na continuação de grandes obras. Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no alardeamento de grandes conquistas, mas na transformação das pequenas coisas que atingem mais diretamente o bolso do homem mais sofrido, do homem mais necessitado, do homem mais carente. Porque talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maior vida útil do livro didático para os poucos que têm condição econômica nesta Nação, pouco represente, mas para as classes mais sofridas que têm dificuldades para comprar o material para seus filhos, evidentemente para estes, a mais durabilidade do livro escolar, a possibilidade de que seja passado de um filho para o outro, repercute profundamente no seu orçamento familiar.

Quero, portanto, nesta tarde, dando continuidade as colocações que foram feitas ontem, trazer ao público os meus parabéns principalmente ao Deputado Rubens Bueno, os meus parabéns à bancada estadual de todos os partidos com assento neste Legislativo, e os meus parabéns ao Governo do Estado que sensibilizado sancionou o nosso projeto, que se transformou na Lei n. 7.730, mostrando uma vez mais ao Brasil que aqui o Paraná é que têm nascido as grandes transformações que haverão de levar esta Nação para o caminho que nós brasileiros queremos, mas voltada para o social, mais voltada para os mais sofridos, mais dedicada no resgate da unidade da Nação brasileira.

Parabéns à Assembléia do Paraná, parabéns ao Deputado Rubens Bueno, parabéns ao Governo José Richa pela Lei n. 7.730.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada. (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

Havendo declinado, concedo a palavra no Horário das Lideranças, à Liderança do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana - Falarão na Liderança do PMDB, pela ordem, o Sr. Deputado Hermas Brandão, e posteriormente o Sr. Deputado Sábino Campos.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Com a palavra o Sr. Deputado Hermas Brandão, no horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Sr. Presidente e Srs.

Deputados:

(Lê):

"Sair do plano do discurso para o da ação". Esta recomendação ou antes disso, esta palavra de ordem - está clara na missiva que o saudoso Presidente TANCREDO NEVES remeteu ao seu vice-Presidente José Sarney, elogiando-o e reconhecendo seu valor e méritos no desempenho provisório de suas funções, que jamais viria a assumir. A aproximação do fim inexorável ainda não turvara a limpidez de sua cintilante inteligência, e tampouco desordenara o rico e invejável acervo de conhecimentos acumulados ao longo daquela laboriosa e exemplar existência.

Com efeito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, urge que adotemos tal comportamento. A Nação toda -

exceção a pouquíssimos privilegiados - clama por isso.

Setenta por cento dos brasileiros são martirizados e humilhados pelo horror da fome do estômago, da falta de moradia, do agasalho, da instrução e do trabalho honrado e justamente remunerado.

Por isso, causa-nos alegria e nos impulsiona à luta, quando vemos alguém ou alguma instituição dando exemplo relamado, como é o caso do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, que já em 1978, encetava luta com vistas à criação de uma cooperativa integrada (trabalho, produção e consumo), como instrumento rural assalariado, o "bóia-fria", elemento fundamental no processo de produção nacional.

Resistências surgiram à idéia, a 20 de maio de 1980, foi quando o nobre e atuante Deputado Fuad Nacli, com inúmeros e relevantes serviços prestados àquela região Nortepioneira, em bem elaborada exposição de 7 (sete) laudas, pedia o apoio desta Casa para a autorização pelos órgãos competentes da cooperativa idealizada, recebendo-o por unanimidade.

Graças a todos esses esforços, aos quais soma-se a cobertura dos familiares do Comendador Luiz Meneghel, Cidadão Honorário do Paraná, de saudosa memória, e ainda a um convênio Ministério do Trabalho/Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná/Asilo São Vicente de Paula, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Região de Bandeirantes, com Jurisdição sobre outros sete municípios vizinhos, está em fase de implantação, pioneiramente no País.

Este o pólo.

Passemos agora ao assunto que me traz a esta tribuna, que é a Reforma Agrária; tema bastante controverso, e objeto de debates a nível nacional. O nosso pronunciamento não se ocupará em analisar críticas ou apoiar as idéias de propostas apresentadas nos mais diversos Simpósios e Seminários realizados pela Reforma Agrária.

Temos em mãos um trabalho elaborado, que comenta o assunto; trabalho este elaborado pela Colonizadora Bandeirantes Ltda., COBAN, e assinado por seus Diretores, tradicionais empresários paranaenses, e ativos participantes no processo de produção e desenvolvimento de nosso Estado.

A correspondência que capeia aquele trabalho, seus ilustres subscritores me pedem que a encaminhem a esta Casa, parece que se julgar válido, empreste-me seu prestigioso apoio junto aos círculos do Governo, com poder decisório sobre o assunto; das duas alternativas ali apontadas, um pareceu-me de grande interesse para o nosso Estado, a que sugere a criação de cooperativa as trabalho, produção e consumo, nas regiões de grande concentrações de trabalhadores rurais assalariados, os bóias-frias, nos moldes de que se encontra em fase de implantação, no Município de Bandeirantes à qual já nos referimos, a inspiração da sugestão feita.

Dentro das cooperativas teria, máquinas para benefício de arroz e moinho de fubá, confecção de roupas e fábrica de móveis, adestrando os jovens, guiando-os a rumos certos para o desempenho das respectivas tarefas, com os resultados de, maior interesse para a sua comunidade. Sabemos que não há terra suficiente para distribuição a todo trabalhador que não a possui; sabemos também que nem todo o trabalhador rural sem terra está disposto a migrar para novas frentes agrícolas, existindo aquela - em número de milhões - , que pelas mais diferentes razões, continuará no seu mister de hoje, a despeito de todas as dificuldades em que vive.

Foi pensando neste e para este trabalhador (o que não migrará) que se fez a sugestão das cooperativas integradas. Ele é o trabalhador que garante e viabiliza todas as culturas dependentes dessa mão-de-obra, sendo mais que justo contemplá-lo num programa de reforma agrária que visa

BENEFICIAR COM SEGURANÇA aqueles que trabalham a terra fazendo-a produtiva. No nosso entender, trata-se de uma proposta racional, exequível, inteligente e honesta, que, inclusive garante fornecimento de alimentos a nível barato às gerações futuras, pela perenização da área que o produz, merecendo, portanto, o unânime apoio desta Casa."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"Qual não foi a nossa surpresa, quando nos deparamos com a notícia veiculada hoje nos órgãos de imprensa, que a Ponte Interestadual Guaíra-Mato Grosso do Sul, que está sendo construída pela ELETROSUL, seria suspensa.

Surpresa, porque, em todos os momentos, em todas as respostas às indagações das lideranças paranaenses, as autoridades federais sempre nos garantiram que aquelas obras não seriam interrompidas.

Este fato merece o nosso mais profundo repúdio, porque mais uma vez se configura uma discriminação ao nosso Estado. Por isso tomamos a iniciativa de apresentar à Mesa, através de um requerimento, uma moção de protesto, a ser encaminhada ao Presidente da República JOSÉ SARNEY e aos Ministros Aureliano Chaves e Affonso Camargo Netto, contra a decisão de suspender as obras da ponte.

Passo a ler a moção, que espero obtenha a aprovação dos nobres Deputados desta Casa de Leis.

MOÇÃO DE PROTESTO

Recentemente, o Paraná como um todo se levantou contra a perspectiva de paralisação das obras da Ponte Interestadual que ligaria Guaíra ao Mato Grosso do Sul. Isto porque esta ligação seria de fundamental importância para a economia paranaense, pois propiciaria a integração sócio-econômica de uma vasta região que compreende o Mato Grosso do Sul, o Oeste Paranaense e o Paraguai, facilitando, inclusive, o escoamento da produção agrícola destas regiões, principalmente o soja destinado à exportação pelo Porto de Paranaguá.

Além disso, a construção da Ponte repararia, ao menos em parte, os problemas causados ao Oeste Paranaense, e em particular ao município de Guaíra, pela Itaipu-Binacional, que provocou a inundação de terras fertilíssimas e a eliminação de uma das mais belas obras que a natureza nos legou, e que havia se convertido num dos nossos maiores pontos turísticos: as Sete Quedas.

Na época, todas as respostas das autoridades governamentais, responsáveis ou diretamente ligadas à obra, deixaram-nos tranquilos com relação à sua continuidade.

Agora, inesperadamente, somos surpreendidos pela notícia de que realmente as obras serão paralisadas, justamente quando se encontra em fase adiantada de construção, com 28 dos 62 pilares concretados, o que torna ainda mais incompreensível esta decisão.

Acreditamos que este ato representa uma violenta discriminação para com o nosso Estado, pois enquanto os trabalhos da ponte são paralisados, o Governo dá continuidade a obras que não contribuem decisivamente para o progresso do País. Continuam obras contestadas e repudiadas publicamente, como as Usinas Nucleares, que são lesivas aos interesses nacionais, obsoletas, desnecessárias e, até mesmo, inseguras.

Apoiamos a política governamental de contenção dos gastos públicos. Mas este corte ser dirigido ao que é desnecessário e que não contribui para o desenvolvimento. O corte das despe-

sas deveria ser voltado para a eliminação de práticas, como por exemplo, o uso de dinheiro público para sanear grupos financeiros em estado de falência. Caso contrário, ao se cancelar obras necessárias, estaremos comprometendo uma das metas fundamentais da Nova República: o crescimento de nossa economia.

Por estes motivos só temos a lamentar contra a decisão de se interromper a construção da Ponte de Guaíra. Protestamos contra mais essa discriminação ao Paraná. E exigimos que este ato seja repensado, reavaliado e que se dê continuidade às obras. O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Sabino Campos, apenas queria me colocar ao seu lado nas reivindicações que oportunamente Vossa Excelência faz dessa tribuna, mesmo porque, nós, que somos homens reconhecidamente comprometidos com o Paraná e, especialmente, com a Região Oeste deste Estado, entendemos que tudo aquilo que vem ao encontro do desenvolvimento, do progresso da nossa Região, que tanto contribui para o desenvolvimento do Paraná, tudo aquilo que vem a favor dessa região que pouco recebe, é verdade, não pode ter marca nem partido. Interessa a toda sociedade brasileira, mormente àquela que lá reside.

Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto preocupante para todos os brasileiros, já não digo nós, que residimos ali no Oeste, onde seremos, certamente, melhor servidos com aquela ponte. Por isso, quero louvar o protesto que Vossa Excelência faz, nesta ocasião, em favor de uma consciência das autoridades brasileiras para que elas não coloquem obstáculo, não ofereçam bloqueio a esta obra que interessa ao Oeste do Estado, ao Sul do Mato Grosso, interessa ao Brasil, interessa a todos nós.

Louvo, portanto, a sua intervenção.

O Sr. Sabino Campos — Agradeço o aparte do nobre Deputado Edgard Pimentel e concedo aparte ao companheiro Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado Sabino Campos, traz Vossa Excelência um assunto realmente preocupante. Sabe Vossa Excelência que, por diversas vezes, contestei desta tribuna o gigantismo da usina a ser construída no município de Guaíra. Mas tenho em mãos, Deputado, e conversarei posteriormente com Vossa Excelência, em resposta a um requerimento feito nesta Casa, a afirmativa da ELETROSUL, quanto à ponte, inclusive dizendo que ela tem sustentação para se fazer uma ponte ferroviária ligando esses dois Estados.

Ora, se o Paraná será penalizado uma vez mais pela inundação de áreas férteis e nem sequer a ponte venha acontecer, é uma barbaridade, é uma calamidade.

Então, creio que Vossa Excelência tem toda razão na preocupação, somaremos nossas vozes com as de Vossa Excelência, para que nós não sejamos, no Paraná, deixados cada vez mais, como sempre acontece, quando nos retiram o que nós podemos dar e não nos dão nada. É inadmissível a parada da ponte, e nisso Vossa Excelência tem razão e todos nós havemos de protestar.

O Sr. Sabino Campos — Agradeço o nobre Líder de nossa Bancada e justamente, nobre Líder, temos também correspondência por parte das autoridades federais que seria feito todo o possível para a continuidade dessas obras. Daí o nosso protesto. Era isso que nós tínhamos a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra à representação do PFL.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Ocupará o Horário da Liderança o Senhor Deputado Francisco Escorsin.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Senhor Presidente e Senhores Deputados. (L):

Assaí é a cidade em que nasci politicamente, onde exerci o meu primeiro mandato na política do Paraná, sendo Prefeito Municipal, por lá fui eleito por seis vezes consecutivas Deputado Estadual, obtendo votações expressivas e majoritárias.

De forma alguma poderia silenciar-me, diante da agitação de meu povo.

Ao presenciar, neste fim de semana, os fatos que lá se sucedem na área educacional, pareceu-me não estarem de acordo com as metas propostas pela Secretaria da Educação.

Mas, o que está ocorrendo em Assaí?

Simplesmente, o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, com 902 alunos de 1.º e 2.º graus, com um corpo docente de 40 professores, teve sua direção mudada simplesmente porque a diretora eleita pelo corpo docente e pais de alunos, não quis ou não pode obedecer as determinações ditatoriais de um partido que propunha soluções práticas e objetivas de salvação nacional; que prometia mudar, inovar, atender os anseios do povo que passou a alimentar ilusórias esperanças; que anunciava mudanças radicais com o advento de dias melhores ao povo do Paraná!

No entanto, o governo Richa já atinge seu terceiro ano, embora sua intenção seja sadia e vise atender os clamores públicos, todavia, tenho viajado pelos quatro cantos do Paraná, ouvindo o povo de todas as camadas sociais, acreditem, deles se ouve uma única voz, de frustração, de descrédito da classe política.

É lamentável, mas restaram somente promessas feitas em campanhas nos palanques eleitorais, mas que tudo continua como estava, nada mudou, ao contrário, piorou.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Voltando ao assunto de Assaí, minha terra, minha casa, de onde sou filho político, que está havendo com a educação? Com o Colégio Conselheiro Carrão? Com o seu corpo docente e discente? Simplesmente o que está ocorrendo, é que a Secretaria de Educação, ao contrário de cumprir as disposições legais e regulamentares com relação às designações de diretores e seus auxiliares, não as cumpre, sujeitando-se às decisões políticas locais do PMDB.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o corpo docente, pais e alunos, em consequência da vaga deixada pelo diretor titular Anizio Figueiras, em data de 04.12.84, escolheu, elegendo diretora do Colégio Estadual Conselheiro Carrão, a professora Olinda Silva dos Santos, que obteve 32 votos; seu concorrente, Inácio Kikutí, 6 votos e 2 votos em branco.

Em decorrência da eleição realizada, foi nomeada para exercer o cargo de diretora a citada professora Olinda, permanecendo no cargo até 2 de julho do corrente ano, quando foi exonerada pela Resolução n. 3269, de 02.07.85.

Com isto a Senhora Secretária da Educação atendeu, simplesmente, caprichos de minorias, que não têm nada a ver com o funcionamento do Colégio. Pais de alunos, professores e os próprios alunos, observando, vendo e sentindo a eficiência, a dedicação e capacidade da diretora Olinda Silva dos Santos, resolveram, em expedientes encaminhados a Secretaria da Educação, solicitar a permanência da diretora Olinda, considerando que entre os 40 professores do corpo docente, trinta e oito assinaram o manifesto de apoio à sua permanência.

Pelos informes colhidos "in loco", observa-se claramente que os políticos do PMDB, que integram a comissão executiva do município de Assaí, simplesmente porque a diretora não escolheu para seus auxiliares, elementos que fossem ligados ao PMDB e sim pessoas capacitadas, foi brutalmente exonerada.

Desde então, notórios e grandes transtornos vêm ocorrendo na administração do Colégio Estadual Conselheiro Carrão.

Mas... onde estamos? Que democracia é essa pregada pelos salvadores da Nação? Onde está a sensibilidade humana,

aliada aos sentimentos cristãos? Será que o PMDB não tem consciência? Não vê? Não sente? Não observa que o problema educacional precisa que suas metas sejam atingidas? Que a Educação da juventude é o sustentáculo da nação? Será que não tem consciência de que a interferência política indebita é nociva aos interesses educacionais?! Que autoridade secretarial de Educação é essa? Desumana, parcial, que, ao invés de olhar os interesses educacionais, olha com prioridade os interesses eleitoreiros de sua agremiação política? Onde fica a promessa de não se fazer discriminações? Que insensibilidade secretarial é essa, que nem sequer se inteirou da realidade do problema, não teve nem sequer a diplomacia de analisar, de observar, para depois tomar atitudes? Será o regime da Secretária da Educação, ditatorial? Sua vontade e a de seus correligionários, se transformam em leis e regulamentos?

Por que não esperar nova eleição para diretor?

Quero e desejo, em nome dos pais, alunos e do corpo docente do Colégio Conselheiro Carrão, do município de Assaí, expressar meu veemente protesto e repúdio às atitudes pouco populares e incoerentes da Secretária Gilda Poli e de seus correligionários peemedebistas de Assaí, que, para fazer valer uma vontade espúria e injusta, impõe sua vontade ditatorial em prejuízo da coletividade.

Tais gestos, ao contrário de dignificar nosso regime democrático, seus governantes, contribuem e concorrem para o desgaste total desse regime e dessas autoridades.

Nossa intenção seria de elogiar, aplaudir os gestos governamentais do PMDB; caso seus atos visassem o bem-estar coletivo, a harmonia, a sensibilidade humana, mas, no entanto, o que se observa são interesses pessoais dos mandantes menores do PMDB, que desejam tirar proveito de posições pessoais, esquecendo-se que seus governantes ficarão desgastados e a coletividade prejudicada.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Aqui fica registrado, nos Anais deste Poder Legislativo, nosso protesto e que medidas cabíveis do Governador José Richa, sejam adotadas para que cessem essas anomalias da Secretaria da Educação.

Nossa conclamação é para que a classe estudantil de nossa terra, cidade de Assaí, não seja prejudicada!"

Concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti – Deputado Escorsin, nutrimos por Vossa Excelência uma admiração bastante grande e especial.

Do pronunciamento de Vossa Excelência, nós procuraremos assim ter como mais produtivo o seu final, quando Vossa Excelência diz que espera que o Governo José Richa tome as providências para sanar essas irregularidades, faço esta ressalva Deputado, porque num ponto de seu pronunciamento, nós não podemos apoiá-lo, porque Vossa Excelência diz das ingerências políticas que estão existindo por parte da Secretaria da Educação, pelas atitudes ditatoriais da Secretária, o que no meu ponto de vista, aliás, respeito o seu ponto de vista, mas no nosso pensamento as afirmativas são de certa forma injustas. Nós que acompanhamos a política há muito tempo, apesar de estarmos em nosso primeiro mandato, sempre constatamos que em épocas passadas a ingerência política no setor educacional era muito maior. Demitia-se e nomeava-se diretor, sem qualquer consulta, sem qualquer respeito, sem ouvir este ou aquele pai, este ou aquele aluno, este ou aquele professor, falava o Prefeito, falava o Deputado, pronto, estava demitido um Diretor ou então nomeada uma diretora. Esses Diretores que aí estão, acreditamos nós, que numa grande maioria, foram os que, numa eleição direta, ocuparam o primeiro lugar de uma lista tríplice. Respeitou-se, portanto, a vontade de uma comunidade, da comunidade escolar, respeitou-se, portanto, a vontade de todos os que participaram do processo.

Por esta razão, eu vejo que, embora respeitando a preocu-

pação que Vossa Excelência tem, no caso específico do Colégio Conselheiro Carrão, de Assaí, entendo que, de certa forma, não poderíamos generalizar dizendo que a Secretária é ditatorial, que o Governo Richa está pecando, acho que é um caso isolado, nobre Deputado, e que isso, embora possa ofuscar, mas não vai manchar num todo, descaracterizar a atuação de um Governo que tem se mostrado aberto principalmente, muito principalmente, no setor educacional.

O Sr. Francisco Escorsin – Agradeço o aparte, mas quero dizer que, neste fim de semana, estive na cidade de Assaí, minha terra, minha casa, onde fui eleito já por seis vezes consecutivas, com votações expressivas e majoritárias.

Não sou demagogo, não procuro ser radical nem combativo, mas, acredite, nobre Deputado apartante, os gestos secretários, os gestos do próprio Partido dominante, do PMDB, de Assaí, fez com que houvesse uma verdadeira revolução dentro do próprio Colégio Estadual Conselheiro Carrão. A diretora, por questões desconhecidas, embora eleita em dezembro do ano passado, foi sumariamente exonerada e os próprios pais de alunos, os próprios alunos, o próprio corpo docente, embora houvesse intervenção secretarial, nenhum deles, por consideração à eficiência e a capacidade da diretora admitida, não aceitou a indicação para substituir a diretora exonerada.

O Sr. Jorge Maia Filho – Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sou obrigado a concordar com Vossa Excelência em seu discurso e obrigado, logicamente, a discordar do nobre Deputado Orlando Pessuti. Em se tratando da Secretaria da Educação, somos obrigados a discordar em gênero, número e grau, porque foi provado por esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Está concluído o tempo reservado a Vossa Excelência.

A Mesa concede a palavra à representação do PDT. (Ausente).

A Mesa concede a palavra à representação do PDS. (Ausente).

Está encerrado o horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando autorização da Comissão Executiva desta Casa, a convidar os alunos da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, para estagiarem nesta Assembléia Legislativa. A Comissão Executiva, para apreciar o solicitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão de Senhores Deputados para representar o Poder Legislativo no ato de entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Dom Armando Círio, no dia 01 de setembro do corrente ano, no município de Cascavel, e que as lideranças de bancadas façam as indicações de seus liderados. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail

Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nilso Squarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nilso Squarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Nilso Squarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Proposto de Lei n. 113/83), constante da Ordem do Dia da Sessão Plenária de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação do Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Proposto de Lei n. 113/83), oriundo do Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado por unanimidade e que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do município de Grandes Rios, para o fim de consulta à respectiva população sobre a criação do município de Rosário. (Anexo: Projetos de Lei n. 113/83 e 73/85, respectivamente, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO e do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, referentes à mesma matéria). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 62/85, (Mensagem n. 77/85 - ex-Proposição n. 73/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3º Termo Aditivo de 08.03.85, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 63/85, (Mensagem n. 58/85 - ex-Proposição n. 60/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 334/84, celebrado em 26.09.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e a SUDESUL, objetivando a proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a região Sul. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 64/85, (Mensagem n. 86/85 - ex-Proposição n. 78/85) oriundo do Parecer a-

provado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo de 11.03.85, ao Convênio celebrado em 16.11.84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5.º Termo Aditivo, de 11.03.85, ao Convênio que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 65/85, (Mensagem n. 69/85 - ex-Proposição n. 69/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18.11.83, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e o município de Curitiba, através da URBS S/A, objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba um Posto de Informações Turísticas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 66/85, (Mensagem n. 66/85 - ex-Proposição n. 66/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 44/83, celebrado em 30.08.83, entre o Governo do Estado do Paraná através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 67/85, (Mensagem n. 78/85 - ex-Proposição n. 72/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6.º Termo Aditivo de 08.03.80, ao Convênio de 18.12.80, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 68/85, (Mensagem n. 67/85 - ex-Proposição n. 67/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 17.01.84, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando realização de pesquisa sobre turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu e nos Postos Alfandegários dos Portos PRESIDENTE Stroessner e Meira, no ano de 1984. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 69/85, (Mensagem n. 102/85 - ex-Proposição n. 92/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 70/85, (Mensagem n. 48/85 - ex-Proposição n. 53/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 16.08.84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios a-diante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 71/85, (Mensagem n. 70/85 - ex-Proposição n. 70/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio n. 001/84, celebrado em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ABATIÁ, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS – **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 72/85, (Mensagem n. 57/85, ex-Proposição n. 59/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira ns. 27/84 e 118/84, celebrados em 22/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e respectivamente, os Municípios de BARRAÇÃO e ITAMBARACÁ, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. – **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 73/85, (Mensagem n. 60/85, ex-Proposição n. 61/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, de 15/01/85 e 05/02/85, aos Convênios celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários. – **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 74/85, (Mensagem n. 83/85, ex-Proposição n. 75/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Revigoração de 04/03/85 ao Convênio n. 13/84, celebrado em 16/08/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de obras de reforma do terminal rodoviário naquele município. – **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 75/85, (Mensagem n. 98/85, ex-Proposição n. 86/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios ns. 01/84 e 01/85, celebrados em 15/05/84 e 01/02/85, respectivamente, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o Município de LONDRINA, através da PAVILON, objetivando execução de obras de recuperação do Sistema Viário do referido município. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Líderes de Bancadas que procedam a indicação de sua representação para o ato de entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Dom Armando Cirio, no dia 1.º de setembro.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Henrique Schoroeder, ocorrido no dia 21 de agosto do corrente ano, no Município de Maringá. **Aprovado.**
A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio

de expediente ao Senhor Superintendente da COPASA, por intermédio da Secretaria de Agricultura, encarecendo estudos para possibilitar a instalação de uma unidade de armazenagem no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da Cafe do Paraná, por intermédio da Secretaria da Agricultura, no sentido de que se autorize a cessão de um conjunto de enfardamento de feno no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente, à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a destinação de cem carteiras escolares para a Guarda Mirim, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja o substitutivo enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que o relator do Projeto de Lei n. 128/85, Senhor Deputado Odeni Mongruel, aprecie a matéria ora encaminhada, em substituição a protocolada sob n. 6151, de 02/07/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando envio de expediente a Senhora Presidente da Comissão Estadual do Livro, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a doação de livros para a formação de uma biblioteca no Colégio Estadual João XXIII - Ensino de 1.º e 2.º graus, no Município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo recursos financeiros para construção de uma ponte sobre o rio Riozinho, na Municipalidade de Boa Esperança, divisa com o Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária de Educação, encarecendo a construção de novas salas de aula na Escola Municipal João Paulo I, no Município da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulação a Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda., pela passagem do seu 25.º ano de instalação, no Município de Arapoti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Squarezi e Djalma de Almeida César, constante do expediente,

solicitando transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor da Carta de Curitiba, que versa sobre a Assembléia Nacional Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", que promovera no próximo mês de setembro, um debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte e a Reforma Tributária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Grupo Folclórico Italiano "Dante Alighieri", pela sua apresentação no dia 17 de agosto do corrente ano, por ocasião do 24.º Festival Folclórico Internacional do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo estudos que visem a isenção do ICM, aos taxistas, na compra do carro a álcool. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Colégio Estadual "Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay", pela passagem de seu 7.º aniversário, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção de protesto aos Senhores Presidente da República, Ministro dos Transportes e Ministro das Minas e Energia, pela suspensão das obras da Ponte interestadual Guaíra-Mato Grosso do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo auxílio em material (emulsão asfáltica), para o Município de Mandaguçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos componentes da Comissão Provisória do PCB - Partido Comunista Brasileiro do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Instituto Filadélfia de Londrina, no sentido de alertar para os prejuízos que a comunidade está sujeita diante da crise existentes no Curso de Enfermagem do CESULON. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de cópias do pronunciamento que fará hoje de sua

tribuna, aos Senhores Presidente da República, Ministros do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, do Interior, do Planejamento, da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Presidente do INCRA, Presidente da FETAEP e da FAEP, dando apoio desta Casa à proposta de inserção no projeto de reforma agrária de criação de cooperativas integradas, nos moldes da que está sendo implantada no Município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para quinta-feira, dia 22, às quinze horas, em homenagem ao Curitiba Foot Ball Club, pela conquista do título máximo do futebol brasileiro e uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei n. 203/84, 238/84, 284/84, 304/84, 02/85, 10/85 e 49/85.

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n. 62, 63, 64, 65, 66, 67/85 e 76/85.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n. 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75/85.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n. 217/84.

DISCUSSÃO ÚNICA – da Proposição n. 96/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS NILSO SGUAREZI E DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, EM SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1985.

CARTA DE CURITIBA SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Os cidadãos e juristas adiante assinados, reunidos na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 1, 2 e 3 de agosto de 1985, no "Seminário Senador ACCIOLY FILHO sobre a Constituinte", na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, patrocinado por esta e pelo Instituto dos Advogados do Paraná, pelo IDEPE – Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial, pela Associação Comercial do Paraná, pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelo CAHS – Centro Acadêmico Hugo Simas, após longos debates aprovaram as seguintes

SUGESTÕES

que oferecem à Nação e aos Partidos Políticos para, se merecerem acolhida, serem consideradas pela opinião pública, com vistas à Assembléia Nacional Constituinte no que tange ao momento preparatório de convocação e à substância do texto da nova Constituição do Brasil.

I

QUANTO AO MOMENTO PREPARATÓRIO

O ato convocatório do Povo, para a eleição dos constituintes,

deverá conter normas estabelecendo:

1. A promulgação do texto da Constituição dependerá de referendo popular sobre os temas que sejam objeto de destaque solicitado, pelo menos, por 1/5 dos constituintes.

2. Será admissível o registro de candidaturas avulsas para a Assembléia Nacional Constituinte.

II

QUANTO AO CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO

1. A livre iniciativa será assegurada. Ao Estado Federal só cabe a atividade econômica, protegendo a empresa nacional. O monopólio de determinada indústria ou atividade dependerá de motivo de segurança nacional.

2. A nomeação de Ministro de tribunal com jurisdição em todo o território nacional dependerá de aprovação de, no mínimo, 2/3 dos membros da Câmara Alta, se bicameral o sistema parlamentar, ou do Poder Legislativo, se unicameral, após audiência pública.

3. A nomeação do Procurador-Geral da República, dentre os cidadãos com notório saber jurídico e reputação ilibada, dependerá da aprovação prevista no item 2, para mandato igual ao do Presidente da República. O mandato iniciar-se-á na metade do mandato do nomeante. Em caso de vaga, o sucessor cumprirá o restante do mandato do sucedido, vedada, em qualquer hipótese, a recondução.

4. Todo ato internacional – nesta expressão compreendidos os tratados, os acordos, as convenções, os pactos, os protocolos – somente abrigará o Estado após sua aprovação pelo Poder Legislativo. Os atos que interessarem à defesa externa do País serão submetidos à Câmara Alta, se bicameral o sistema parlamentar, ou a Comissão Especial do Poder Legislativo, se unicameral.

5. Os contratos internacionais firmados pela administração direta ou indireta, inclusive qualquer entidade sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados e dos Municípios, dependerão de prévia aprovação do Poder Legislativo, na forma disposta na parte final do item 4.

6. As garantias prestadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios dependerão, para obrigá-los, de prévia aprovação do Poder Legislativo, na forma disposta na parte final do item 4.

7. Responderão com os seus bens os agentes que concorrerem para a desobediência ao disposto do item 6, inclusive os administradores das entidades em que haja a participação da União, de Estado ou de Município.

8. Será assegurada, nos processos de qualquer natureza, ampla defesa, com os recursos a ela inerentes, atendido o devido processo legal e o princípio do contraditório. Não haverá foro privilegiado, nem tribunais de exceção.

9. A lei penal obedecerá o princípio da anterioridade e o princípio da tipicidade, entendido este como a descrição objetiva da conduta criminosa.

10. Todo acusado presumir-se-á inocente até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

11. Serão públicas as audiências e as sessões de julgamento de todos os juízos e tribunais, ressalvados os casos que devam correr em segredo de justiça, como definidos em lei.

12. É dever de todo cidadão negar obediência a ato de governo que viole a Constituição.

13. Será proibida toda forma de tortura, respondendo, civil e penalmente, o servidor que a praticar, bem como o

superior imediato que se omitir na apuração do fato.

14. Os tribunais elaborarão as suas propostas orçamentárias para a aprovação do Poder Legislativo correspondente e executarão os seus orçamentos, inclusive os dos órgãos a eles subordinados.

15. A Justiça Federal de segundo grau de jurisdição será descentralizada, criando-se tribunais federais regionais que julguem, definitivamente, as questões restritas a provas. Ao Tribunal Federal de Recursos caberá, apenas, a uniformização da interpretação da lei federal.

16. Caberá ação judicial para fazer valer a fruição de um de um bem jurídico, de um interesse ou de um direito abstratamente previsto em norma constitucional, impedidos ou agravados por ação ou omissão estatais, ainda que o dispositivo que os contemple dependa de regulamentação:

a) considerar-se-á legitimado para propor a ação a pessoa que, pessoalmente, defrutaria do bem jurídico tutelado pela disposição constitucional, ainda que o desfrute se realizasse conjuntamente com a coletividade de pessoas supostas na norma;

b) - as entidades de classe serão igualmente legitimadas para propositura de ação em favor de seus filiados;

c) - o objeto da ação será uma prestação pessoal do Poder Público aos autores, ou beneficiários dela, se o agravo consistir em omissão, ou a anulação do ato se a lesão ao bem jurídico, previsto na norma invocada, decorrer de conduta comissiva do Estado;

d) quando a omissão estatal lesiva dever-se a ausência de lei regulamentadora da norma constitucional, o Poder Judiciário decidirá a lide de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do sistema jurídico.

17. Os Ministros de Estado serão obrigatoriamente exonerados quando sofrerem censura parlamentar.

Curitiba, agosto de 1985.

Ministro SEABRA FAGUNDES, Deputado Federal PIMENTA DA VEIGA (Conferencista), Professor JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES (Faculdade de Direito da USP), Professor CARLOS ROBERTO PELEGRINO (Departamento de Direito da UNB), Doutor LUIZ CARLOS BETTIOL (Advogado em Brasília), Professor CARLOS MARIO VELLOSO (Departamento de Direito da PUC/SP), Professor SERGIO FERRAZ (Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Faculdade de Direito da UFRJ), Professor CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO (Faculdade de Direito da PUC/SP), Professor TORQUATO LORENA JARDIM (Departamento de Direito da UNB), Professor NILSO NAVES (Ministro do Tribunal Federal de Recursos), Professor LUIZ ALBERTO MACHADO (Diretor da Faculdade de Direito da UFPR), Professor GERALDO ATALIBA (Faculdades de Direito da USP e da PUC/SP), Doutor JOSÉ CARLOS CAL GARCIA (Juiz Federal), Doutor JOAQUIM MACALOSSE (Secretário de Administração da PM de Curitiba) Doutor JOSÉ CARLOS DIAS (Secretário da Justiça do Estado de São Paulo), Professor ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO (Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Faculdade de Direito da UFPR), Doutor MAURO JOÃO SALLES DE ALBUQUERQUE-MARANHÃO (Procurador-Geral do Estado do Paraná), Doutor FERNANDINO CALDEIRA DE ANDRADE (Advogado em Curitiba), Doutor CARLOS ALBERTO PEREIRA OLIVEIRA (Presidente da Associação Comercial do Paraná), Professor FERNANDO VIDAL DE OLIVEIRA (Faculdade de Direito de Curitiba) e Doutor RUBENS

MACEDO (Advogado em Curitiba)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de 1985, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Presidência do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, mais a presença dos Deputados: Ivan Gubert, Edmar Luiz Costa, Roberto Requião, Tadeu França, Ezequias Losso, Ervin Bonkoski, Sérgio Spada. Havendo número legal, o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n. 39/85 de autoria do Deputado Nestor Baptista. Regulamenta o exercício da atividade profissional de Despachante junto aos órgãos públicos do Estado, especialmente de trânsito, conforme especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 2) Projeto de Lei n. 70/85. Autor Deputado Ervin Bonkoski e outros. Concede através da Prefeitura Municipal, uma pensão equivalente a pelo menos 5 (cinco) salários-mínimos vigente no país, à viúva de Prefeito, cujo falecimento tenha ocorrido durante o exercício do mandato. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 3) Projeto de Lei n. 21/85 oriundo da Mensagem governamental n. 59/85. Objetivando a criação, na Secretaria da Educação, de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de núcleo Regional de Educação, símbolo I-C e ainda, alteração de denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 4) Projeto de Lei n. 90/85. Autor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Declara de Utilidade Pública a "AÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA ÓRFÃ E NECESSITADA" - AASCON, com sede e foro no Município de Curitiba. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 5) Projeto de Lei n. 304/84. Autor Deputado Trajano Bastos. Declara de Utilidade Pública o PROVO-PAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Coordenação Municipal de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 6) Projeto de Lei n. 02/85. Autor Deputado Márcio Almeida. Declara de Utilidade Pública o "CLUBE DOS AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - CADEFI", com sede e foro em São José dos Pinhais. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 7) Projeto de Lei n. 92/85. Autor Deputado Ivan Gubert, Acir Mezzadri e Djalma de Almeida César. Denomina de "ENGENHEIRO GIL-

BERTO JOSÉ DUDA", o trecho da rodovia compreendido entre o trevo da Pr-170 e a cidade de Mirassolva, neste Estado. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 8) Projeto de Lei n. 44/85. Autor Deputado Adhail Sprenger Passos. Declara de Utilidade Pública a "CO-RIBEIRA COMISSÃO PARANAENSE PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA ESTRADA DA RIBEIRA", com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 9) Projeto de Lei n. 110/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 114/85, de autoria do Poder Executivo. Anteprojeto de Lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos que especifica, e visa ainda, a majoração dos valores dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo, assim como o das pensões pagas pelo Estado. Relator Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 10/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 55/85, de autoria do poder Executivo. Objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Londrina a data de terras n. 14, da quadra 90, situada na sede do referido Município e demais características constantes da transcrição n. 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Londrina. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 40/85. Autor Deputado Oswaldo Alencar Furtado. Dá nova redação ao art. 15 da Lei n. 4617, de 16.7.62, conforme especifica. O orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 76/85. Autor Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública DASAP-SUL DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA DA PROMESSA DA REGIÃO SUL, com sede nesta Capital. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 71/85. Autor Deputado Hermas Brandão. Declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA "LUIZ MENEZES", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Relator Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 38/85. Autor Deputado Rubens Bueno. Declara de Utilidade Pública Estadual o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA CANTU", com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Ubatuba. Relator Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei n. 20/85. Autor Deputado Ferrari Júnior. Define divisas do Distrito Administrativo de

FLORIANO, localizado no município de Maringá. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 66/85. Autor Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS - ABRAVESPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba. Relator Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 49/85. Autor Deputada Ironi Pugliesi. Autoriza o Poder Executivo doar imóveis ao Município de Sabáudia constituído pelas datas n. 22, 23, 24 e 25, da quadra 6, transcrita em 20.11.50, sob o n. 1737, livro 3/A, do Cartório de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos - 1.º Ofício, 2.º Tabelião de notas, da Comarca de Arapongas, conforme especifica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 51/85. Autor Deputado Roberto Requião. Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA IPIRANGA", com sede nesta capital. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 284/84. Autor Deputado Ezequias Losso. Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Pilarzinho, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 64/85. Autor Deputado Antônio Annibelli. Denomina de "DEPUTADO DOMICIO SCARAMELA" a ponte a ser construída ligando a cidade de União da Vitória à BR-476. Relator Deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 77/85. Autor Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOA VISTA, com sede nesta Capital. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Lei n. 60/85. Autor Deputado Donato Gulin. Declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL", com sede nesta Capital. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 74/85. Autor Deputado Artagnão de Mattos Leão e outros. Concede Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. MARLY MACIEIRA SARNEY. Relator Deputado Mário Pereira. O Deputado Ivan Gubert pede a palavra e sugere a criação de uma Subcomissão para estudar matéria que concede título de cidadania Honorária, por se tratar de matéria delicada. O senhor Presidente indica os Deputados Ezequias Losso, Ivan Gubert e Roberto Requião para integrar a referida sub Comissão. O Deputado Edmar Luiz Costa, solicita mais um Deputado do PMDB para que haja mais equilíbrio de bancadas. O presidente Deputado Luiz Alberto de Oliveira designa o Deputado Edmar Luiz Costa para

fazer parte da Subcomissão. O Deputado Roberto Requião pede xerox do voto em separado do Deputado Ivan Gubert. O presidente Deputado Luiz Alberto de Oliveira pede que seja entregue aos membros da Subcomissão cópias do voto em separado do Deputado Ivan Gubert assim como do referido Projeto de Lei. 23) Projeto de Lei n. 81/85. Autor Deputado Erondy Silvério. Veda a contratação de pesquisas de opinião pública com indagações sobre preferências político-partidárias ou de prestígio pessoal, bem como o pagamento de qualquer outra pesquisa de opinião à preços superiores aos praticados no mercado, na forma que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento do Deputado Roberto Requião pedindo vistas ao projeto. DEFERIDO. Projeto de Lei n. 65/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 93/85. Autoria do Poder Executivo. Objetivando autorizar o poder Executivo doar à Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, a área de terreno com 1.134,22m², denominada "RESERVA H", localizada na cidade de Cascavel. Objeto de transcrição sob o n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.º Ofício de Registro de imóveis da Comarca. Relator Deputado Mário Pereira. Requerimento do Deputado Ivan Gubert pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 25) Projeto de Lei n. 48/85. Autor Deputado Adhail Sprenger Passos. Dispõe sobre renovação por 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta lei, o prazo estipulado pelo art. 7.º da Lei n. 7.122, de 30/04/70. A citada Lei trata do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura. Relator Deputado Mário Pereira. Requerimento do Deputado Ivan Gubert pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 26) Projeto de Lei n. 67/85. Autor Deputado Antônio Anibelli. Dá nova redação ao art. 3.º da Lei n. 7.231 de 24/10/79. (Proíbe a transferência à terceiros da área que especifica, podendo o Município de Rio, doar à SANE-PAR, 900m² (novecentos metros quadrados). Relator Deputado Mário Pereira. Requerimento do deputado Edmar Luiz Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 27) Projeto de Lei n. 19/85. Autor Deputado Artagão de Mattos Leão. As mulheres, Servidoras Públicas da Administração direta ou indireta, será facultado o gozo das férias no mesmo período do conjuge funcionário público estadual e dá outras providências. Relator Deputado Hermas Brandão. Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 28) Projeto de Lei n. 43/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 76/85. Autoria do Poder Executivo. Dispondo sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16/11/70, aos funcionários da Secretaria

da Saúde, e do Bem-Estar Social, com exercício na fundação de saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica. Relator Deputado Mário Pereira. Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 29) Projeto de Lei n. 54/85. Autor Deputado Edgar Pimentel. Autoriza o Poder Executivo conceder auxílio moradia aos Juizes do interior nos termos do art. 78 da Lei n. 7.297, de 08/01/80, conforme especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 30) Projeto de Lei n. 72/85. Autor Deputado Adhail S. Passos. Mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7.811, de 29/12/83, com alterações da Lei n. 8.067, de 28/12/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. Relator Deputado Djalma Almeida César. Requerimento do Deputado Ivan Gubert pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 31) Projeto de Lei n. 236/84. Autor Deputado Nilso Sguarezi. Regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing), pela Administração Direta, indireta e Autarquias, e dá outras providências. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerimento do Deputado Ivan Gubert pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 32) Projeto de Lei n. 34/85. Autor Deputado Ezequias Losso. Institui a partir de 1986, a "CAIXA DE TRANSPORTE COLETIVO POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ", tendo por finalidade prestar os meios de condução nos centros urbanos de cidades do Estado, sem quaisquer objetivo de lucros, e adota outras providências. Relator Deputado Basílio Zanusso. Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 33) Projeto de Lei n. 181/84. Autor Deputado Leonidas Chaves. Denomina Moacir Júlio Silvestre a rodovia PR 456, que liga Pitanga a Palmital, passando pelos distritos de Barra Grande e Barra Preta, conforme especifica. Relator Deputado Basílio Zanusso. Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 34) Projeto de Lei n. 31/85. Autor Deputado Caíto Quintana e Gilberto Carvalho. Estabelece critérios para redução de multas e juros dos débitos devidos ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO - IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, conforme especifica. Requerimento do Deputado Hermas Brandão no sentido de encaminhar ao IPE, o Projeto para que o mesmo se manifeste sobre a matéria. DEFERIDO. 35) Projeto de Lei n. 13/85. Autor Deputado Ervin Bonkoski. Declara de interesse turístico a localidade de Porto Camargo, no município de Icaíraima. Relator Deputado Mário Pereira. Requerimento no sentido de transformar o

presente em diligência junto a PARANATUR. DEFERIDO. 36) Projeto de Lei n. 134/83. Autor Deputado Ervin Bonkoski. Acresce ao art. 9.º da Lei n. 7.257, de 30/11/79, o item IV, conforme especifica: (isenta da taxa de Segurança Empresas de Radiodifusão). Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Requerimento do Deputado Edmar Costa pedindo vistas ao Projeto. DEFERIDO. 37) Projeto de Lei n. 30/85. Autor Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS, - APEF, com sede nesta Capital. Relato Deputada Amélia Hruschka. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência ao autor. 38) Projeto de Lei n. 370/84. Autor Deputada Amélia Hruschka. Cria o Município de LUIZIANA, com território desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas do atual distrito administrativo, com sede e foro na localidade de mesmo nome. Relator Deputado Djalma Almeida César. Requerimento no sentido de ser o presente transformado em diligência junto ao autor. 39) Projeto de Lei n. 69/85. Autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n. 95/85. Objetivando autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 63.600.000,00 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares) dos EUA, de forma a completar os recursos necessários para fins que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira solicitando vistas ao Projeto. DEFERIDO. 40) Projeto de Lei n. 203/84. Autor Deputado Hermas Brandão. Declara de Utilidade Pública a "AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO AMOREIRENSE", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 41) Projeto de Lei 381/85. Autor Deputado Leônidas Chaves. Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE CANTA GALO", com sede e foro em Canta Galo. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento ao Deputado Ezequias Losso no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. 42) Projeto de Lei n. 24/85. Autor Deputado Edgard Pimentel. Autoriza o Poder Executivo transformar em Fundação Estadual e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, com sede e foro na cidade de Cascavel. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento no sentido de Transformar o presente em diligência junto a Secretaria de Educação. 42) Proposição n. 94/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 88/85. Fixa normas legais pertinentes à isenção tributárias e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar

dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei n. 58/85. 43) Proposição n. 61/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 60/85. Encaminhando cópias autênticas de Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, de 15/01 e 05/02/85 aos Convênios celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, da EMOPAR e os Municípios que especifica, com os objetivos adiante mencionados. Relator Deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 44) Proposição n. 86/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 98/85. Encaminha cópias autênticas de Convênios de Cooperação ns. 01//84 e 01/85, celebrados respectivamente, em 15/05/84 e 01/02/85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o DER, com o Município de Londrina, através da PAVILON, objetivando a execução de obras de recuperação do sistema viário do referido Município. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 45) Proposição n. 75/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 83/85. Encaminhando cópia autêntica do termo de Revigoramento de 04/03/85, ao Convênio n. 13/84, de 16/08/84, de 16/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Assaí, objetivando execução de obras de reforma do terminal rodoviário da sede do referido Município. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 46) Proposição n. 59/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 57/85. Encaminhando cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira n. 27/84 e 118/84, celebrados em 22/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Transportes e os Municípios de Barracão e Itabarcá, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 47) Proposição n. 53/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 48/85. Encaminhando cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 26/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 48) Proposição n. 70/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 70/85. Encaminhando cópia autêntica do Convênio n. 001/84, celebrado em 22/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Abatiá, objetivando execução

de obras integrantes do Projeto Prosafra. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 49) Proposição 92/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 102/85. Encaminhando cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretarias do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação do COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes Públicos de passageiros. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Proposição n. 67/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 67/85. Encaminhando cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira de 17/01/84, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando a realização de pesquisa sobre o turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu, e nos postos alfandegários dos Portos Presidente Stroessner e Meira, no ano de 1984. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 51) Proposição n. 72/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 78/85. Encaminhando cópia autêntica do 6.º Termo Aditivo de 08/03/85 ao Convênio de 18/12/80, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do Sistema de Produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas no Estado. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 52) Proposição n. 66/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 66/85. Encaminhando cópia autêntica do Convênio n. 44/83, celebrado em 30/08/83, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade. Relator Deputado Tadeu Lucio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 53) Proposição n. 69/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 69/85. Encaminhando cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18/11/83, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da URBS, objetivando implantar na Estação Rododiferroviária de Curitiba um Posto de informações Turísticas. Relator Deputado Djalma Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 54) Proposição n. 78/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 86/85. Encaminhando cópias autênticas do 1.º Termo Aditivo, de 11.03.85, ao

Convênio celebrado em 16.11.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína. assim co-

mo o 5.º Termo Aditivo de 11/03/85 ao convênio de 31.03.81, entre as mesmas partes e objetivando execução das atividades de defesa e vigilância fitossanitária. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 55) Proposição n. 73/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 77/85. Encaminhando cópia autêntica do 3.º Termo Aditivo de 08.03.85, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 56) Proposição n. 60/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 58/85. Encaminhando cópia autêntica do Convênio n. 334/84, celebrado em 26.09.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, objetivando proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a Região Sul. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 57) Proposição n. 81/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 91/85. Encaminhando cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira de 17.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria das Finanças, EMOPAR e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as agências de renda dos Municípios signatários. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Lucia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão, Pró tempore.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA
Presidente

LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL
Secretária